

ASPECTOS CONSTITUCIONAIS DA INTERCEPTAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES EM SALAS DE BATE-PAPO VIRTUAIS

Fábio Alexandre Costa de Farias¹

RESUMO: As salas de bate-papo virtuais foram criadas para facilitar o ensino a distância, como opção de entretenimento, transmissão de eventos e suporte para clientes. Atualmente, esse novo instrumento de interatividade vem sendo desvirtuado para o cometimento de crimes. A tutela constitucional da inviolabilidade da vida privada não é absoluta, sofrendo limitações de ordem ético-jurídica. Ante a colisão entre direitos fundamentais, compete ao princípio da proporcionalidade congraá-los. A comunicação via *chat* é espécie do gênero comunicação telemática, devendo a sua interceptação seguir os ditames da Lei nº 9.296/96, sob pena de ser considerada formal e materialmente ilícita.

Palavras-chave: Interceptação das comunicações. Salas de bate-papo. Privacidade. Segurança pública. Princípio da proporcionalidade. Lei nº 9.296/96.

ABSTRACT: Online chat-rooms were created as a facilitator for distance learning, entertainment, showcasing events, and client support. Currently, this new interactive mean is being used as a way to facilitate crime. The constitutional guardianship of the private life sanctity is not absolute, suffering ethical limitations. The proportionality principle will play a role in reconciling fundamental rights. As Chat rooms are considered telematic communications they fall under the jurisdiction of Article N° 9.296/96, which dictates that breaking a law under this article is illegal.

Keywords: Communication interception. Chat-rooms. Privacy. Public safety. Proportionality principle. Article n° 9.296/96.

1 INTRODUÇÃO

Produto da evolução tecnológica dos sistemas de telecomunicação, as salas de bate-papo virtuais (*chats*) permitem o diálogo em tempo real entre os seus usuários, por intermédio de mensagens escritas em ambientes remotos. Acessadas por meio de programas ou *sites*, essa ferramenta vem sendo cada vez mais utilizada para práticas antijurídicas.

Ao mesmo tempo em que a Constituição Federal de 1988 salvaguarda o direito à privacidade, ela também veda o seu uso abusivo, em detrimento da ordem pública ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros.

¹ Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Católica Dom Bosco do Mato Grosso do Sul – UCDB/MS. Pós-Graduando *Lato Sensu* em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Técnico Judiciário da Justiça Federal do Rio Grande do Norte – JFRN.

O presente trabalho tem por escopo justamente equacionar esse conflito de interesses, buscando uma solução que consiga promover todos os princípios colidentes de forma menos onerosa a cada um deles.

Quanto à metodologia, verifica-se que o método de abordagem utilizado foi o dedutivo e o método de procedimento foi o hermenêutico, enquanto que a técnica de pesquisa foi a da documentação indireta.

2 BREVE APANHADO SOBRE OS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

A sedimentação dos direitos e garantias fundamentais como normas cogentes é resultado de maturação histórica, o que também permite compreender que não sejam os mesmos em todas as épocas. Com efeito, para que se possa assimilar o seu processo evolutivo, devemos sempre levar em conta as condições, os meios e as situações nas quais este ou aquele direito/garantia deverá atuar, restando indispensável, ainda, o concurso de condições sociais favoráveis para que se incorpore aos estatutos vinculantes.

Inspiradas pelas teorias contratualistas dos séculos XVII e XVIII, cujo principal fundamento é a defesa de que o Estado deve servir ao cidadão, assegurando-lhe direitos básicos – inerentes à própria natureza humana – a Declaração da Virgínia (1776) e a Declaração Francesa (1789) positivaram os direitos universais, até ali mais afeiçoados a reivindicações políticas e filosóficas do que a normas jurídicas obrigatórias, exigíveis judicialmente.

Na visão dos Professores Gilmar Mendes, Inocêncio Coelho e Paulo Gustavo Branco², “os direitos fundamentais assumem posição de definitivo realce na sociedade quando se inverte a tradicional relação entre Estado e indivíduo e se reconhece que o indivíduo tem, primeiro, direitos e, depois, deveres perante o Estado, e que os direitos que o Estado tem em relação ao indivíduo se ordenam ao objetivo de melhor cuidar das necessidades dos cidadãos.”

A Constituição Federal de 1988, em seu Título II, classifica os direitos e garantias fundamentais em cinco espécies: a) direitos individuais; b) direitos coletivos; c) direitos sociais; d) direitos à nacionalidade; e) direitos políticos.

² Mendes, Coelho e Branco, 2008, p. 233.

Por sua vez, parte da doutrina, a exemplo de Flávio Tartuce³, costuma subdividir tal instituto em cinco grandes gerações/dimensões. São elas: a) liberdades públicas e direitos políticos, os quais traduzem o valor *liberdade*; b) direitos sociais, culturais e econômicos, correspondentes aos direitos de *igualdade*; c) direitos difusos e coletivos, umbilicalmente atrelados ao princípio da *solidariedade*; d) direitos relacionados com a engenharia genética, atinentes ao patrimônio genético da pessoa natural; e) proteção do ambiente e da intimidade virtual, existente no âmbito da internet e do mundo cibernético.

Imperioso assinalar que a visão dos direitos fundamentais em gerações/dimensões apenas indica o seu caráter evolutivo, não se devendo situá-los num contexto de divisibilidade, mas de absoluta unidade. Cada direito de cada geração interage com os das outras e, nesse processo, dá-se à sistematização.

Por serem inatos à dignidade da pessoa humana, um dos pilares da nossa República Federativa (art. 1º, inc. III, da CF/88), os direitos e garantias fundamentais são considerados universais, intransmissíveis, indisponíveis, irrenunciáveis, ilimitados, imprescritíveis, impenhoráveis e inexpropriáveis, de forma que qualquer atentado direto ou reflexo contra as suas disposições deve ser veementemente repellido pelo Estado, sob pena afronta às instituições democráticas de direito.

Nesse sentido, Uadi Lammêgo Bulos⁴ assevera que “este vetor agrega em torno de si a unanimidade dos direitos e garantias fundamentais do homem, expressos na Constituição de 1988. Quando o Texto Maior proclama a dignidade da pessoa humana, está consagrando um imperativo de justiça social, um valor constitucional supremo. Por isso, o primado consubstancia o espaço de integridade moral do ser humano, independentemente de credo, raça, cor, origem ou *status* social. O conteúdo do vetor é amplo e pujante, envolvendo valores espirituais e morais. Seu acatamento representa a vitória contra a intolerância, o preconceito, a exclusão social, a ignorância e a opressão [...]. Notório é o caráter instrumental do princípio, afinal ele propicia o acesso à justiça de quem se sentir prejudicado pela sua inobservância.”

Pois bem, é justamente nessa atmosfera de proteção e de eficácia vertical (Estado ↔ Particular) que nos propusemos a tratar sobre a constitucionalidade da

³ Tartuce, 2006, p. 149-150.

⁴ Bulos, 2009, p. 392.

interceptação das comunicações em salas de bate-papo virtuais, os chamados *chats* de relacionamento interpessoal.

3 CHATS: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

Segundo o Dicionário Informal *On-line*⁵, *chats* são “salas de bate-papo pela internet. Podem ser acessadas através de programas ou sites que oferecem o serviço. É uma sala virtual onde as pessoas podem conversar umas com as outras.”

Tal ferramenta permite o diálogo em tempo real entre os interlocutores, por meio de mensagens escritas em ambientes remotos. Para tanto, são utilizados programas do tipo IRC, mensageiros instantâneos (MSN Messenger, Yahoo Messenger e Skype, por exemplo) ou simplesmente um *site* da *web*.

Os *chats* são divididos em salas temáticas para que usuários com interesses comuns possam trocar idéias e informações sobre determinado assunto, sendo classificados em duas categorias principais: a) públicos – permitem a comunicação entre os participantes sem a necessidade de autenticação do visitante; b) reservados (PVT)⁶ – exclusivos para convidados ou fechados por senha.

Criado inicialmente para facilitar o ensino a distância, como opção de entretenimento, transmissão de eventos e suporte para clientes, esse novo instrumento de comunicação vem sendo cada vez mais desvirtuado para o cometimento de crimes (tráfico de drogas, pedofilia, roubo, extorsão mediante sequestro, assédio sexual, racismo etc.), aproveitando-se o delinquente da dificuldade de rastreamento e da suposta anonimidade que o ambiente virtual lhe proporciona.

4 DIREITO FUNDAMENTAL À PRIVACIDADE

⁵ <http://www.dicionarioinformal.com.br/buscar.php?palavra=chat>.

⁶ Sigla para *Private*.

O direito à privacidade conduz à pretensão do indivíduo de não ser foco da observação por terceiros, de não ter assuntos e informações pessoais, bem como suas características particulares expostas a outrem ou ao público em geral.

Sob essa linha, a Constituição Federal de 1988 insculpiu o seguinte mandamento (art. 5º, inc. X): “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.”

Alguns autores, como Pedro Lenza⁷, fazem uma singela distinção entre *intimidade* e *privacidade*, entendendo que esta teria por objeto comportamentos e acontecimentos vinculados aos relacionamentos pessoais em geral, às relações comerciais e profissionais que o indivíduo não deseja que se espalhem ao conhecimento público; enquanto aquela diria respeito às conversações e episódios ainda mais íntimos, envolvendo relações familiares e amizades mais próximas.

Não obstante essa abalizada divisão, nas próximas linhas será mencionado apenas o termo privacidade, por acreditarmos que o postulado da intimidade nada mais é do que uma de suas espécies.

Embasado no *princípio da convivência entre liberdades*, o direito à privacidade não é absoluto, sofrendo limitações de ordem ético-jurídica. Isso para se evitar o uso abusivo, em detrimento da ordem pública ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros.

De fato, a salvaguarda constitucional dessa prerrogativa não foi construída para albergar práticas ilícitas (antijurídicas), mas tão-somente evitar condutas arbitrárias do Estado e do particular contra os seus titulares.

Logo, a depender do conjunto de circunstâncias do caso concreto, da finalidade a ser alcançada e do modo como a informação foi coletada, a divulgação de fatos relacionados a uma determinada pessoa pode ser considerada lícita.

5 O SIGILO DE CORRESPONDÊNCIA E DAS COMUNICAÇÕES E O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

⁷ Lenza, 2008, p. 602.

Estatui o art. 5º, inc. XII, da CF/88: “é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.”

O sigilo de correspondência e das comunicações representa verdadeira garantia da livre expressão do pensamento, funcionando também como aspecto tradicional do direito à privacidade. Sua quebra significa frustrar o direito do emissor de escolher o destinatário/receptor da sua mensagem.

Consoante dito alhures, tal prerrogativa encontra-se inserta na categoria dos direitos e garantias fundamentais, decorrendo sua intangibilidade do direito à vida privada, regendo-se pelo *princípio da exclusividade*, cujo preceito impede o Poder Público de adentrar na esfera íntima do indivíduo, devassando suas particularidades.

Assim, a leitura do aludido dispositivo pode levar à conclusão de que apenas é permitida a quebra do sigilo das comunicações telefônicas (com ou sem o conhecimento prévio de um dos interlocutores), permanecendo as demais hipóteses acobertadas pelo manto da incolumidade, salvo nos casos expressamente excepcionados pelo próprio constituinte originário, v.g. quando decretado o estado de defesa e de sítio – art. 136, § 1º, inc. I, “b” e “c”, c.c. art. 139, ambos da CF/88.

Apesar desse entendimento, o Egrégio STF⁸ já sedimentou posição no sentido de assegurar a quebra do sigilo de correspondência, bem como de todo e qualquer tipo de comunicação (telegráfico, de dados bancários ou fiscais, telefônico e telemático), sempre que estiverem sendo utilizadas como instrumento de práticas delituosas. Isso porque o direito à privacidade não é absoluto, devendo ceder espaço aos interesses de ordem pública, social e da própria justiça.

Na espécie, deve-se aplicar ao caso concreto o *princípio da proporcionalidade* (*Verhältnismässigkeitsprinzip*), com seus respectivos consectários.

Conquanto no plano abstrato os princípios jurídico-constitucionais possam conviver pacificamente, no plano concreto é comum entrechocarem-se. Noutros termos: se no nível textual os dispositivos constitucionais relativos a direitos fundamentais se revelam harmônicos entre si, no nível empírico a concretização desses dispositivos pode colocar os seus respectivos comandos em uma rota de colisão. A Constituição Federal garante tanto a liberdade de imprensa (art. 220) quanto o direito à honra (art. 5º, inc. X); porém, não é raro que se avilte o pundonor

⁸ CR nº 7.323-2, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 11/06/1999.

alheio em veículos de comunicação pelo exercício irregular da aludida liberdade. Da mesma maneira, a atual Carta Política resguarda tanto a liberdade de livre iniciativa (art. 170) quanto o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225); todavia, frequentemente se assiste à degradação ambiental impingida pela produção e pelo consumo desenfreados. Portanto, ante essa *colisão* de direitos fundamentais (denominada antinomia imprópria)⁹, compete ao postulado aplicativo da proporcionalidade congraça-los.

O postulado da proporcionalidade visa a resolver *conflitos de princípios*, isto é, equacionar situações em que é exigida a realização concreta de diferentes fins, todos eles constitucionalmente legitimados. Dessa forma, o predito instituto estrutura a aplicação de princípios colidentes, buscando, a um só tempo: a) uma solução adequada à promoção dos princípios conflitantes (*subpostulado da adequação – Geeignetheit*); b) uma solução que consiga promover todos os princípios colidentes de forma menos restritiva a cada um deles (*subpostulado da necessidade – Erforderlichkeit – Gebot des mildestem Mittels*); c) uma solução em que as vantagens ofertadas pela promoção dos fins justificam as desvantagens provocadas pelas restrições de alguns dos princípios jurídicos em jogo (*subpostulado da proporcionalidade stricto sensu – Verhältnismässigkeit im engeren Sinne – eingentliches Abwägungsgebot*).

Na hipótese, é patente a colisão entre o *princípio da exclusividade* e o *princípio da segurança*. É inegável que nenhum desses princípios tem eficácia incontestável e absoluta. Não se pode admitir que, escorando-se em desmedida iniciativa particular, a segurança pública seja comprometida. Da mesma forma, não é justo que se viole a privacidade de determinada pessoa para se desvendar todo e qualquer tipo de crime, baseado em meras conjecturas das autoridades policiais ou sem que se demonstre a imprescindibilidade do uso desse meio drástico e devassador. É preciso encontrar uma interpretação conformadora das normas assecuratórias das liberdades públicas, a fim de que não seja preciso sacrificar em demasia um direito fundamental, bastando que se reduza o âmbito do alcance dos interesses em disputa, mediante a *técnica da ponderação de valores* ou da *concordância prática*¹⁰.

⁹ Tartuce, 2006, p. 53.

¹⁰ Expressão adotada pelo Min. Cezar Peluso nos autos do HC 89.544, publicado no DOE do dia 14/04/2009.

Na esteira desse pensamento, somos partidários da tese de que a interceptação das comunicações deve ser precedida concomitantemente das seguintes cautelas: a) adequação aos fins a que se propõe, devendo haver indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal; b) a prova não possa ser realizada por outros meios disponíveis menos gravosos; c) o fato investigado deve constituir crime de especial gravidade – punido com reclusão ou detenção¹¹, caso este seja conexo com aquele. Com isto, todos os princípios em jogo são proporcionalmente limitados, sem que qualquer deles tenha o seu núcleo fundamental suprimido.

6 NATUREZA DA COMUNICAÇÃO VIA *CHAT* E POSSIBILIDADE DE INTERCEPTAÇÃO

Sabe-se que, no âmbito constitucional das inviolabilidades, o gênero *comunicação* é classificado em quatro categorias: a) telegráfica – realizada por telegrama ou telex; b) de dados – informações sobre pessoas físicas e jurídicas constantes em fichários, pastas, arquivos e cadastros dos órgãos públicos e dos organismos privados; c) telefônica – transmissão, emissão, recepção e decodificação de sinais linguísticos, caracteres escritos, imagens, sons e símbolos de qualquer natureza, veiculados por telefone estático ou móvel; d) telemática – associa os demais meios de comunicação à informática.

A comunicação via *chat* nada mais é do que espécie da comunicação telemática, cuja origem remonta ao final dos anos sessenta, com crescimento exponencial a partir de 1974, por meio dos sistemas telefônicos inteligentes unidos aos microprocessadores (comunicação *modem by modem*).

Por ser assim, essa nova ferramenta de troca de informações encontra-se sujeita ao império do art. 5º, inc. XII, da CF/88 e do seu diploma regulamentador (Lei nº 9.296/96), de forma que a quebra do sigilo só será possível por ordem judicial (reserva de jurisdição), para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, conforme visto outrora.

¹¹ STF, Pleno, HC 83.515, Rel. Min. Nelson Jobim, DJ 16/09/2004.

Isso se explica porque, com a evolução tecnológica, tornou-se inevitável o tratamento jurídico conjunto das comunicações telemática e telefônica, especialmente em razão do uso do telefone para a transmissão de dados entre usuários de computador pela via do sistema *modem* (*modem by modem*, que depois progrediu para *fax modem*).

Por derradeiro, pertinente ressaltar que, consoante o Tribunal da Cidadania¹², tal limitação às interceptações deve ser estendida somente para os *chats* de natureza reservada (PVT), haja vista que as conversas realizadas em salas de bate-papo públicas não estão amparadas pelo sigilo das comunicações, por ser esse ambiente virtual de acesso irrestrito e destinado a diálogos informais.

7 MECANISMOS DE INTERCEPTAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES EM CHATS

Os instrumentos utilizados para a interceptação das comunicações em *chats* são por demais variados, dentre os mais usuais podemos citar os *softwares* Sniffer (Packet Sniffer – Analisador de Redes) e Keylooger (Registrador do Teclado).

O primeiro é capaz de interceptar e registrar o tráfego de dados em uma rede de computadores – conforme o fluxo de dados trafega, o Sniffer captura cada pacote, eventualmente decodifica e analisa o seu conteúdo de acordo com o protocolo definido em um RFC¹³ ou outra especificação. Segundo a Wikipédia¹⁴, “o Sniffer pode ser utilizado por invasores com diversos objetivos, dentre os quais: obter cópia de arquivos importantes durante sua transmissão, angariar senhas que permitam estender o raio de penetração em um ambiente invadido ou ver as conversações em tempo real.”

Já o Keylooger é um programa capaz de capturar e armazenar as teclas digitadas pelo usuário no teclado de um computador. Por meio dele, gravam-se os dados sensíveis que posteriormente serão remetidos ao interceptador. Usualmente é instalado de forma clandestina através de *spywares*, *trojans* etc.

¹² STJ, Sexta Turma, RHC 18.116, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, DJ 06/03/2006.

¹³ *Request For Comments*. É a denominação dada aos documentos que especificam padrões e serviços para a internet.

¹⁴ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sniffing>.

Outro meio igualmente eficaz, porém menos comum, é a utilização de câmeras fotográficas para a captura de diálogos entre terceiros, como recentemente divulgou o Jornal O GLOBO¹⁵, ao publicar em primeira mão trechos da conversa realizada em *Instant Messenger* entre os ministros do STF Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski durante o julgamento sobre o recebimento da denúncia oferecida pelo Procurador-Geral da República em desfavor dos envolvidos no caso Mensalão.

8 APLICAÇÃO DA LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996

O art. 5º, inc. XII, da Constituição Federal de 1988, que consagra a garantia da inviolabilidade do sigilo das comunicações, é norma de eficácia limitada (*not-self executing provisions*), dependendo de interposta lei (complementar ou ordinária) para gerar os seus efeitos principais.

Como forma de dar aplicabilidade ao aludido preceito constitucional, adveio a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996. Referido diploma traz em seu bojo normas de natureza penal e processual, de forma que, ao mesmo tempo em que restringe a violação do sigilo das comunicações, criminalizando a interceptação telefônica, de informática e telemática realizada em desrespeito aos requisitos legais, garante a quebra do sigilo ao regulamentar o seu procedimento.

Embora parte da doutrina, encabeçada por Vicente Greco Filho¹⁶, incline-se pela inconstitucionalidade do seu art. 1º, parágrafo único, o qual estende a interceptação ao fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática, somos partidários da sua absoluta legitimidade, seja no que pertine à possibilidade de restrição, seja no que concerne ao aspecto de garantia, de proteção da intimidade e do sigilo dessas comunicações.

“Pensar de modo diferente significa tratar o comunicador brasileiro como sujeito com menos direitos que os comunicadores dos países europeus, que disciplinaram escorreitamente o assunto (v. CPP português, arts. 187 a 190; CPP italiano, art. 266 etc.).”¹⁷

¹⁵ Matéria veiculada no dia 23/08/2007.

¹⁶ Greco Filho, 2005, p. 17-18.

¹⁷ Gomes e Cervini, 1997, p. 176.

Dessa forma, a interceptação das comunicações em *chats* deverá seguir rigorosamente os ditames da Lei nº 9.296/96 (ordem do juiz competente para o julgamento da ação principal, descrição da situação objeto da investigação, com clareza e de forma detalhada, demonstração inequívoca da imprescindibilidade da interceptação, com a indicação dos meios a serem empregados etc.), sob pena de ser considerada formal e materialmente ilícita, não podendo ser admitida nem valorada no processo (art. 5º, inc. LVI, da CF/88), imprestável, portanto, para os fins a que se destina.

Outra vertente interessante a respeito do tema é que a interceptação das conversas realizadas nesse ambiente virtual, sem autorização judicial para tanto e/ou com propósitos não permitidos por lei, constitui crime de *interceptação telemática ilegal*, apenado com reclusão de 02 a 04 anos e multa (art. 10 da Lei nº 9.296/96).

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As salas de bate-papo virtuais (*chats*), enquanto instrumento de comunicação interpessoal, são tuteladas pela Constituição como corolário do direito fundamental à privacidade, inerente à própria dignidade da pessoa humana.

Ocorre que tal postulado, assim como os demais direitos dessa ordem, não são absolutos, devendo sofrer limitações para salvaguardar o interesse da coletividade à manutenção da ordem e da paz social.

Diante desse conflito entre valores constitucionais (inviolabilidade das comunicações vs. segurança pública), deve prevalecer a solução que reduza ambos moderadamente, sem que haja o sacrifício exagerado de apenas um deles.

Ao nosso sentir, tal solução deve passar pelo uso da *técnica da concordância prática*, bem como pela aplicação racional dos dispositivos da Lei nº 9.296/96, já que esse diploma acertadamente se estende à interceptação do fluxo de informações em sistemas de informática e telemática.

REFERÊNCIAS

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CAPEZ, Fernando. **Direito Penal. Legislação Penal Especial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DICIONÁRIO Informal On-line. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/buscar.php?palavra=chat>>. Acesso em: 04 de maio 2009.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro. Parte Geral**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

GOMES, Luiz Flávio e CERVINI, Raúl. **Interceptação Telefônica: Lei 9.296, de 24.7.96**. São Paulo: RT, 1997.

GRECO FILHO, Vicente. **Interceptação Telefônica: Considerações sobre a Lei 9.296, de 24 de julho de 1996**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MENDES, Gilmar Ferreira, COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo. **Curso de Direito Constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas**. São Paulo: RT, 2006.

SCHWABE, Jürgen. **Cinquenta Anos de Jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal Alemão**. Tradução de Beatriz Henning, Leonardo Martins, Mariana Bigelli de Carvalho, Tereza Maria de Castro e Vivianne Gerales Ferreira. Konrad-Adenauer-Stiftung: Berlim, 2008.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil. Lei de Introdução e Parte Geral**. 2. ed. São Paulo: Método, 2006.

_____. **Direito Civil. Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil**. 3. ed. São Paulo: Método, 2008.

WIKIPÉDIA. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Sniffing>>. Acesso em: 06 de maio de 2009.